

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMAURO GONÇALO DA SILVA

O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DE CRÉDITO NO BRASIL ENTRE
2011 E 2014

CURITIBA
2014

AMAURO GONÇALO DA SILVA

O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DE CRÉDITO NO BRASIL ENTRE
2011 E 2014

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Adilson Antonio Volpi

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

AMAURI GONÇALO DA SILVA

O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DE CRÉDITO NO BRASIL ENTRE 2011 E 2014

Monografia apresentada e aprovada na matéria de Trabalho de Fim de Curso, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Professor Mestre Adilson Antonio Volpi

Departamento de Ciências Econômicas - UFPR

Professor Doutor Fabiano Abranches Silva Dalto

Departamento de Ciências Econômicas - UFPR

Professor Especialista Pulquério Figueiredo Bittencourt

Departamento de Ciências Econômicas - UFPR

Curitiba, 02 dezembro de 2014

Em memória de meus pais, Belaniza e Gonçalo.

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Professor Adilson Volpi, pelo apoio e disponibilidade nas atividades de estágio, cursos extracurriculares e monografia.

Ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná por ter oferecido um ambiente de alto nível para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos professores Fabiano Dalto e Pulquério Bittencourt pelas sugestões e contribuições para este trabalho.

Aos professores: Adilson Volpi, Angela Welters, Cássio Rolim, Fabiano Dalto, Fernando Motta, Francisco Cipolla, Huascar Pessali, José Wladimir, Luiz Esteves e Wellington Pereira, o meu respeito e admiração.

Aos companheiros pelos muitos trabalhos e apoio: Ana Oliveira, André Castilho, Carla Kuss, Clodoaldo Valentim, Danielle Guizzo, Danielle Habkost, Dulhano Dornelles, Ellen Azevedo, Fabiane Maahs, Fabio Santarosa, Fernando Cavallin, Juliana Rosa, Renata Moreira, Renata Olseman, Thaís Cordeiro e Vanessa Seretnei.

Aos meus familiares: Adalberto, Altair, Cristiano, Gessila e Lourdes, que mesmo de maneira indireta puderam dar todo o apoio necessário para eu poder estudar. A Tilly Greboge Zibell, por todo o apoio e paciência nos momentos finais deste trabalho.

Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita, consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real. (KEYNES, 1996. p. 345)

RESUMO

Este estudo apresenta como uma intervenção direta do Estado pode afetar os índices de crédito direcionados à pessoa física no Brasil, enfatizando as principais causas, efeitos e variáveis envolvidas neste processo. Em primeiro lugar, o estudo apresenta a teoria econômica relevante que explica a causalidade entre a intervenção estatal e os índices de crédito, investigando as principais razões pelas quais o governo brasileiro fez intervenções contínuas no mercado de crédito. Em segundo lugar, o estudo analisa dados que podem indicar um perfil sobre a concessão de crédito à pessoa física com recursos livres entre 2011 e 2014. Os dados analisados incluem: spread bancário médio, a taxa média de juros, a inadimplência e os prazos de concessão. A análise e interpretação dos dados sugerem que, enquanto a inadimplência e os prazos de concessão sofreram pouca influência da intervenção governamental direta, a ação estatal afetou de forma significativa a taxa de juros média e o spread bancário no mercado de crédito.

Palavras-Chave: Mercado de crédito. Inadimplência. Intervenção Governamental. Taxa de Juros. Spread Bancário.

ABSTRACT

This study presents how direct State intervention can influence on credit indices addressed to private individuals in Brazil, emphasizing some of the main causes, effects and relevant variables in that process. First, the study presents the relevant economic theory to justify that causality between State intervention and credit indices, investigating the main reasons why Brazilian government intervened in credit market. Secondly, the study analyzes data that can indicate a profile of credit concession to private individuals from free resources between 2011 and 2014. Collected data include: average banking spread; average interest rate; individuals' default and deadlines for credit concession. An accurate data analysis suggest that, whereas default and concession deadlines had little influence of governmental direct intervention, State action affected significantly the average interest rate and banking spread in credit market.

Key Words: Credit Market. Default. Governmental Intervention. Interest Rate. Banking Spread.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ADVFN	-	Advanced Financial Network Brasil
ANEFAC	-	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
BACEN	-	Banco Central do Brasil
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
SELIC	-	Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 A DEMANDA POR MOEDA.....	7
2.2 A FIRMA BANCÁRIA	9
2.3 O RISCO DO CRÉDITO	10
2.4 O MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL	11
2.5 A POLÍTICA MONETÁRIA	11
3. O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DE CRÉDITO	14
3.1 TAXA SELIC	15
3.2 TAXA DE INFLAÇÃO.....	16
3.3 PRAZOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	17
3.4 INADIMPLÊNCIA	19
3.5 TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21
3.6 SPREAD BANCÁRIO MÉDIO	23
3.7 JUROS, SPREAD E SELIC	24
3.8 VOLUME DE CRÉDITO	27
4. CONCLUSÃO	28
TABELAS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

Crédito é o meio pelo qual os indivíduos, que não dispõem de recursos suficientes para satisfazer seus desejos, buscam para adquirir produtos ou serviços.

Para tanto, os indivíduos deficitários procuram bancos e outras instituições financeiras em busca de empréstimos, e desta forma, comprometem sua renda futura, para atender suas necessidades de consumo no presente.

Entretanto, o crédito no Brasil é caro, segundo a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Em algumas linhas de crédito, como crédito rotativo do cartão de crédito e o cheque especial, as taxas de juros fecharam o ano de 2012 em 192,94% e 146,83% ao ano, respectivamente. Em levantamento feito pela ANEFAC 2013 em 9 países, mostra que os juros do cartão de crédito no Brasil é quase 4 vezes maior que o segundo colocado, o Peru 55%. No fim da lista estão Estados Unidos e Inglaterra, com 16,89% e 18,6% respectivamente.

Alguns fatores contribuem para explicar o custo elevado do crédito, como a taxa básica de juros, o risco do crédito e os impostos. No mercado de crédito existe uma série de indicadores destinados a avaliar o comportamento deste mercado, ficando este trabalho limitado à análise de quatro indicadores de crédito, que são taxa de juros, spread bancário, prazos de concessão e inadimplência.

Para Keynes (1996) a taxa de juros é um prêmio pela renúncia à liquidez.

O spread bancário é a diferença entre as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras nos empréstimos e as taxas de juros pagas na captação de recursos. (CARVALHO, 2007). Em um levantamento realizado em 2012 pela Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, concluiu que o spread bancário no Brasil é um dos maiores do mundo, em torno de 28%.

Os prazos de concessão de crédito é o período de tempo que os bancos emprestam seus recursos no mercado. Este prazo pode variar de acordo com o volume de crédito, a linha de crédito, a qualificação do cliente e a situação conjuntural da economia, como taxa básica de juros, inflação e emprego.

A inadimplência é a falta ou descumprimento de pagamento ou compromisso em prazo determinado. Para as operações de crédito, a inadimplência é um fator de risco, que contribui para o aumento do custo do crédito. Segundo dados do Bacen em 2012, a inadimplência representou mais de 30% do spread bancário, em 2010 e 2011 esse percentual ficou em torno de 25%, considerando a totalidade das operações de crédito.

Tendo em vista os diversos fatores que influenciam o crédito e seus componentes, o governo federal vem desde 1999 implantando medidas que possam monitorar e promover o crédito no país.

A primeira dessas medidas foi à criação do projeto “Juros e Spread Bancário” em 1999 através do Banco Central. O objetivo do projeto foi o monitoramento dos juros e do crédito no país. Em 2003, foi criado o crédito consignado, através da Lei 10.820/2003, uma medida qualitativa de incentivo ao crédito, pois reduz os riscos para o banco e a taxa de juros para o consumidor. Por último, em 2012, uma ação conjunta dos bancos públicos federais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil SA, coordenada pelo Ministério da Fazenda, reduziu as taxas de juros de diversas linhas de crédito objetivando promover a competitividade e reduzir as taxas de juros para o consumidor nos diversos bancos.

O presente trabalho se propõe a analisar como reagiram os principais indicadores de crédito como juros, spread bancário, prazo de concessão de crédito e inadimplência depois que o governo federal brasileiro, através dos bancos públicos, incentivou ações de redução das taxas de juros desses bancos, com o objetivo de promover a competitividade e reduzir as taxas de juros para pessoa física com recursos livres.

Para tanto, foi realizado uma análise dos indicadores de crédito, através de dados coletados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, além de uma pesquisa quantitativa sob o método bibliográfico, para conceituação dos dados.

Todos os indicadores analisados se tratam de crédito para pessoa física com recursos livre total. Também serão utilizados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como indicador de inflação e a Taxa Básica de Juros da

economia brasileira – Selic. Os dados serão apresentados em séries trimestrais, o período de análise compreende os meses de Março de 2011 a Junho de 2014.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico necessário para a execução deste trabalho, com o objetivo de entender o comportamento dos agentes envolvidos nas operações de crédito, os bancos e os tomadores de empréstimo.

O objetivo é analisar o comportamento dos principais indicadores de crédito, como juros, spread bancário, prazos de concessão e inadimplência, frente a intervenções governamentais diretas.

2.1 A DEMANDA POR MOEDA

Segundo a teoria keynesiana, a moeda apresenta dois atributos, o de meio de troca, como estabelecia a teoria clássica, e de reserva de valor, como estabelece a teoria keynesiana.

Para Keynes, de acordo com Carvalho (2007), a moeda desempenha um papel duplo de meio de pagamento e forma de riqueza. Seu retorno vem na forma de um prêmio de liquidez em vez de uma compensação pecuniária, já que possui o maior prêmio de liquidez entre os ativos.

Na teoria keynesiana, a circulação monetária se distingue em dois circuitos de circulação, a circulação industrial e a circulação financeira.

A circulação industrial, refere-se a quantidade de moeda necessária para dar suporte ao giro de bens e serviços produzidos na economia. Portanto a quantidade de moeda depende da velocidade que a moeda circula na mão do público.

A circulação financeira, por sua vez, inclui operações com ativos financeiros, isto é, cobre as necessidades de moeda para a realização de compras de ações, e títulos de dívidas, não relacionadas ao giro de renda corrente. (CARVALHO 2007)

Na circulação financeira, a moeda não é apenas um meio de circulação, podendo tornar-se ela própria objeto de retenção como um ativo.

Neste trabalho, os agentes envolvidos estão ambientados na circulação financeira, são eles os bancos e o público pessoa física. Os bancos são os intermediadores do público pessoa física, pois captam recursos dos indivíduos

superavitários e empresta aos indivíduos deficitários. O primeiro grupo, os superavitários, renunciam a liquidez em troca de uma compensação pecuniária, os deficitários tem de renunciar sua renda futura para atender suas demandas de consumo no momento presente.

Na Teoria Geral, Keynes enfatiza os motivos pelos quais o público demanda moeda: motivo transação, motivo precaução e motivo especulação. (CARVALHO 2007)

O motivo transação está relacionado ao intervalo entre recebimentos e despesas de renda, como pagamentos contratuais, pagamento de salário pelas empresas, juros e aluguéis, despesas com aquisição de bens e serviços. Este motivo refere-se à retenção de moeda para realização de um ato específico compromissado em determinada data. O volume de moeda demandado para a realização de transações depende do montante de renda e da duração normal do intervalo entre o seu recebimento e o seu desembolso, ou seja, das compras projetadas e dos hábitos de pagamentos dos agentes, portanto se trata de uma rotina planejada de acordo com o nível de renda esperado. (CARVALHO 2007)

O motivo precaução, por sua vez, atende as contingências inesperadas e às oportunidades imprevistas na realização de negócios vantajosos, já que a moeda é um ativo seguro e que serve para atravessar um futuro incerto. Embora o motivo precaução esteja ligado a um gasto inesperado, Keynes enfatiza que os agentes desejam reter moeda para aproveitar oportunidades futuras. (CARVALHO 2007)

O motivo especulação está relacionado com a incerteza das taxas de juros futuras. Segundo Keynes, este é o motivo mais importante, pois é através dele que a política monetária se propaga, através do comportamento futuro da taxa de juros. Desta forma, a demanda por moeda para satisfazer o motivo especulação varia de modo mais ou menos contínuo, sob o efeito de alterações graduais da taxa de juros do mercado. (CARVALHO 2007)

Os agentes, bancos e pessoa física, podem direcionar sua postura conforme sua disponibilidade de recursos, acesso ao crédito, conhecimento e oportunidade.

2.2 A FIRMA BANCÁRIA

As regras estabelecidas para a firma bancária foram desenvolvidas com o objetivo de sanar o problema dos bancos relacionado à escolha do volume monetário que se destinará à concessão de empréstimos e o volume que será destinado ao caixa, com o propósito de manter-se líquido, para que o banco não perca credibilidade. Com isso, os bancos podem determinar uma composição ótima entre empréstimos e caixa, e mantendo o equilíbrio financeiro da instituição. Esse equilíbrio é de fundamental importância para a credibilidade do banco tanto para os órgãos de fiscalização e controle, quanto para o mercado.

No mercado bancário os ativos são classificados de duas maneiras, podem ser totalmente líquidos ou totalmente ilíquidos. Mas esses ativos bancários tem uma classificação em grau de liquidez e os bancos fazem a composição das suas carteiras de modo a buscar um equilíbrio entre rentabilidade e liquidez. Quando o banco forma sua carteira visando a emprestar a seus clientes, o mesmo cobrará taxa de juros mais elevada para prazos mais longos obtendo maior rentabilidade, já que o ativo ficará indisponível até a data contratada, uma vez que se submetem a maiores riscos. O contrário acontece com os empréstimos de curto prazo, pois em horizontes de tempo menores as possibilidades de fazer previsões acertadas são maiores, a rentabilidade é menor, mas o ativo ficará menos tempo indisponível.

Para a formação das carteiras os bancos financiam-se através de depósitos à vista e depósitos à prazo. Para os depósitos à vista, o banco deve aplicar os recursos em ativos de maior liquidez, uma vez que esses recursos podem ser sacados a qualquer momento. Já para os depósitos à prazo o banco deve aplicar os recursos em ativos de menor liquidez. Como os depositantes desses recursos deixam esse dinheiro em poder do banco por um tempo pré determinado, os bancos podem fazer uma composição mais rentável da carteira de crédito. (CARVALHO, 2007)

Para buscar o equilíbrio e fazer a alocação ótima dos recursos, os bancos levam em conta a condução da política monetária, uma vez que esta influencia no custo de captação de recursos e na liquidez do mercado, e a incerteza.

Segundo De Paula (1999), num cenário onde há muita incerteza, certamente os bancos vão preferir liquidez à rentabilidade. A avaliação do cenário econômico, é que determinará qual o volume de empréstimos que serão concedidos e suas respectivas taxas de juros.

As teorias que tratam da firma bancária buscam equilibrar o ambiente de incerteza, próprios do mercado de crédito, e desta forma reduzir o risco do crédito para os bancos.

2.3 O RISCO DO CRÉDITO

Os riscos da atividade bancária provêm de fatores microeconômicos devido às incertezas quanto ao futuro. Esses riscos são: risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

O risco do crédito é aquele que está relacionado com a inadimplência, ou seja, o grau de capacidade do tomador de recursos em pagar suas dívidas. Para minimizá-lo, os bancos analisam seus clientes e definem conjuntos de regras e volume de crédito para cada perfil.

O risco da taxa de juros é aquele que o banco pode se deparar quando houver um aumento de custos na captação de recursos e o banco não pode repassá-los aos empréstimos feitos, sobretudo aos negociados com taxas de juros fixa, o que pode acarretar em menos lucros para a instituição. Para minimizar perdas o banco procurar manter equilibrados os prazos de suas aplicações e obrigações.

Por último, o risco de liquidez é aquele causado pelo descasamento existente entre prazo das operações passivas e das operações ativas. Quando os bancos optam por uma maior rentabilidade, os prazos dos empréstimos serão longos e desta forma podem ocorrer problemas de liquidez e gerar desconfiança nos agentes quanto à capacidade dos bancos em cumprirem com seus compromissos. Para amenizar o risco de liquidez os bancos podem vender títulos no mercado secundário ou recorrer aos empréstimos do Banco Central. (CARVALHO, 2007)

2.4 O MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL

No mercado bancário brasileiro, segundo o Banco Central do Brasil, existem mais de 130 bancos autorizados a fazer operações de crédito. No entanto, mais de 72% do volume total de crédito concedido foi realizado por apenas 5 bancos, que são Banco do Brasil S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A e Banco Santander Brasil S/A, respectivamente.

Para Carvalho (2007), o setor bancário brasileiro é altamente concentrado, porém com uma competição oligopolista, onde a disputa por mercado se dá pela diferenciação do produto, e não via preços, e que, em partes, explica as altas taxas de spread.

O oligopólio, segundo Nakame (2003), tem grande influência em fatores como barreiras à entrada, com custos muito elevados para entrar no mercado, número pequeno de empresas e concorrência limitada.

Ainda, segundo Nakame (2003), a concentração do mercado de crédito brasileiro não difere muito das observadas no mercado internacional e, para ele, não parece ser a razão para o país ter um dos maiores spreads do mundo.

Os bancos detêm certo poder sobre seus clientes, pois quando um cliente abre uma conta em um banco, não há uma tendência de mudança, primeiro pela comodidade de já conhecer o banco e seus canais, segundo não muda de banco em uma disputa via preço, pois o custo de transferência pode ser maior. Desse modo podemos entender que praticamente não há concorrência no mercado bancário no Brasil.

2.5 A POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária é o meio que o governo utiliza para controlar a oferta de moeda e da taxa de juros. Em linhas gerais, a política monetária é executada através de três instrumentos, que são eles: Recolhimento compulsório, Operações de redesconto e Operações de mercado aberto. Mas existem outros instrumentos que eventualmente podem ser utilizados, que são chamados de instrumentos de controle direto ou intervenção direta.

O Recolhimento compulsório são depósitos sob a forma de reservas bancárias, que cada banco é obrigado legalmente a manter no Banco Central, calculada sobre um percentual dos depósitos.

Para Carvalho (2007) as principais funções do recolhimento compulsório são: (a) fornecimento de liquidez ao sistema bancário, diminuindo a probabilidade de ocorrência de pânico financeiros; (b) controle de crédito, através da influência nas condições em que é concedido, uma vez que o recolhimento compulsório é uma taxa sobre a captação de recursos; (c) estabilidade da demanda por reservas bancárias, facilitando o gerenciamento de liquidez dos bancos.

Existe uma tendência mundial de eliminação do recolhimento compulsório na execução de políticas monetárias, uma vez que os aumentos excessivos do percentual a ser recolhido reduz a competitividade bancária, pois elevam muito o custo para essas instituições financeiras.

Um outro argumento é a ineficácia do uso deste instrumento diante das diversas inovações financeiras postas em prática pelos bancos, que criam novos tipos de depósitos que não estão sujeitos ao recolhimento compulsório.

As operações de redesconto são empréstimos feitos pelo Banco Central na forma de reservas bancárias, estabelecendo uma taxa de juros para essas operações. Este instrumento está voltado para atender necessidades eventuais por parte dos bancos comerciais, geralmente quando às instituições financeiras privadas estão com dificuldades de liquidez e de honrar seus empréstimos de curto prazo. Neste modo de operação o Banco Central é chamado de prestador de última instância, uma vez que os bancos comerciais já recorreram às demais alternativas para obter assistência financeira.

As operações de mercado aberto são a compra e a venda de títulos públicos feita pelo Banco Central com no mercado com o objetivo de atenuar as pressões sobre a taxa de juros. Na prática, com a compra e venda de títulos públicos no mercado, o Banco Central consegue controlar a quantidade de moeda em circulação, vende títulos públicos quando deseja reduzir a quantidade de moeda em circulação ou compra títulos públicos no mercado quando quer aumentar a quantidade de moeda no mercado.

As operações de mercado aberto é na prática o instrumento mais eficaz para o gerenciamento de liquidez que o Banco Central possui, pois opera diretamente sobre as reservas bancárias. A vantagem desse instrumento é sua flexibilidade e o aumento do seu uso se justifica através da tendência mundial de redução do recolhimento compulsório.

Além desses instrumentos convencionais, há outros instrumentos que podem ser usados pelo Banco Central exercendo controle direto sobre o crédito, como controle sobre o volume de crédito, dos prazos e da destinação dos recursos, ou sobre os juros através de determinação de teto. A crítica a esses instrumentos não convencionais é que o seu uso tenta controlar diretamente o que o Banco Central deveria influenciar indiretamente através da manipulação dos instrumentos convencionais, como o recolhimento compulsório e as operações de redesconto e mercado aberto.

O uso de instrumentos de controle direto, que são considerados instrumentos não convencionais de intervenção podem gerar anomalias no mercado de crédito, com efeitos inesperados, desestimulando a intermediação financeira e restringindo o crédito. (CARVALHO, 2007)

3. O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DE CRÉDITO

Neste capítulo serão analisados quatro dos principais indicadores de crédito do país, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Foram utilizados como período de análise destes indicadores os meses de março de 2011 a junho de 2014, divididos em séries trimestrais. Os indicadores utilizados são: Taxa média de juros das operações de crédito; Spread médio das operações de crédito; Prazo médio das operações de crédito e a Inadimplência da carteira de crédito. Todos os indicadores tratam exclusivamente de pessoa física, com recursos livres total.

O objetivo principal desta análise é verificar como se comportaram os indicadores de crédito em questão, diante de uma intervenção direta do governo no mercado de crédito. Esta intervenção ocorreu em abril de 2012, sendo uma ação conjunta dos bancos públicos federais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, orientada pelo governo federal através do Ministério da Fazenda, objetivando promover a competição no mercado bancário brasileiro e reduzir os juros para o consumidor.

Primeiro serão apresentados a taxa básica de juros da economia, Selic, e o índice de preços ao consumidor amplo para contextualizar em parte a conjuntura da economia brasileira no período de análise. Em seguida serão discutidos os prazos de concessão de crédito e a inadimplência da carteira de crédito, e por ultimo as taxas médias de juros e o spread bancário médio.

3.1 TAXA SELIC

Para o Bacen, taxa Selic é a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

A taxa Selic é fixada periodicamente pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM, para fins de Política Monetária. Para este trabalho será utilizado a taxa Selic do mês anualizada conforme os últimos 356 dias.

O gráfico 1 mostra, o comportamento da taxa Selic anualizada em valores percentuais no período de análise, março de 2011 até junho de 2014.

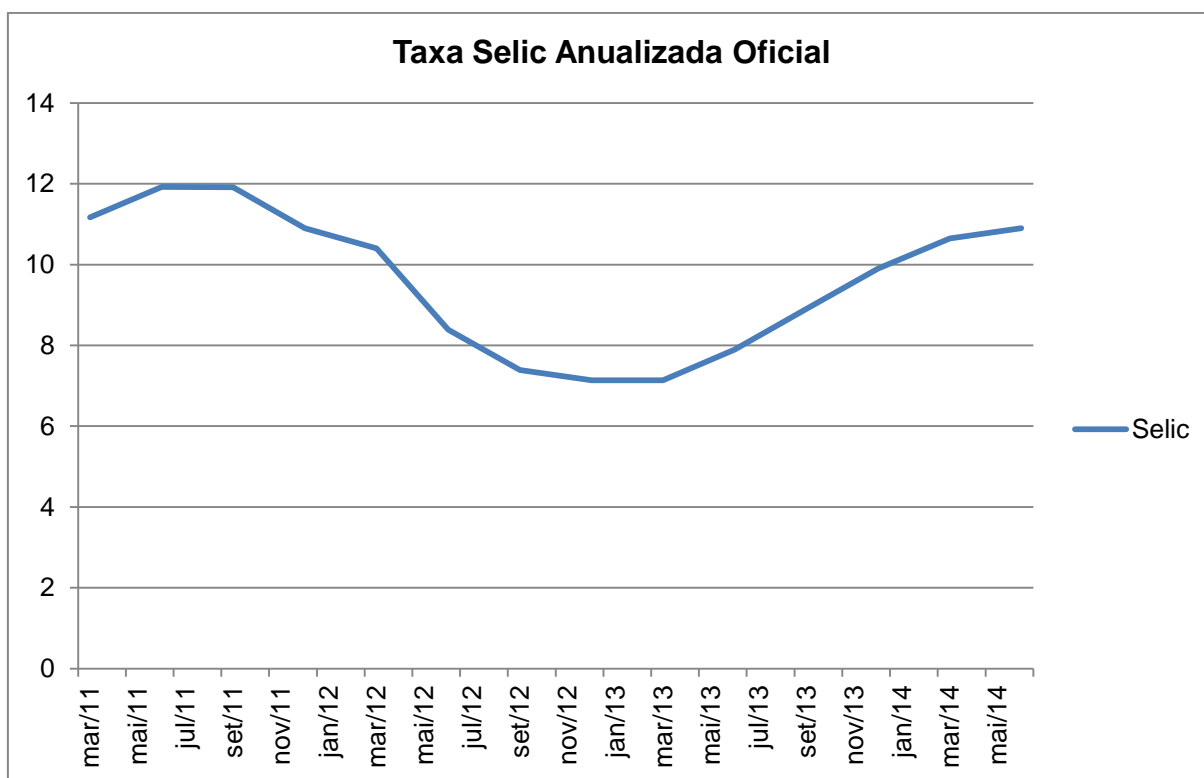


GRAFICO 1 – BRASIL – TAXA SELIC ANUALIZADA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E ADVANCED FINANCIAL NETWORK BRASIL.

A taxa Selic apresenta queda na primeira metade do período de análise, variando de 11,92% em Junho de 2011, maior taxa de todo o período de análise, a 7,14% em Dezembro de 2012 e Março de 2013. A partir de Março de 2013, a taxa

Selic inicia uma alta que se segue até o fim do período de análise chegando há 10,9% ao ano.

A Selic, é a taxa básica de juros da economia brasileira. E é usada como referência para o cálculo das demais taxas de juros cobradas pelo mercado.

3.2 TAXA DE INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA é o índice oficial de inflação da economia brasileira desde 1999, é produzido pelo IBGE e têm por objetivo mensurar a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo das famílias, onde o rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos.

O gráfico 2 mostra, o comportamento da inflação através do IPCA, acumulado nos últimos 12 meses, em valores percentuais no período de análise, março de 2011 até junho de 2014.

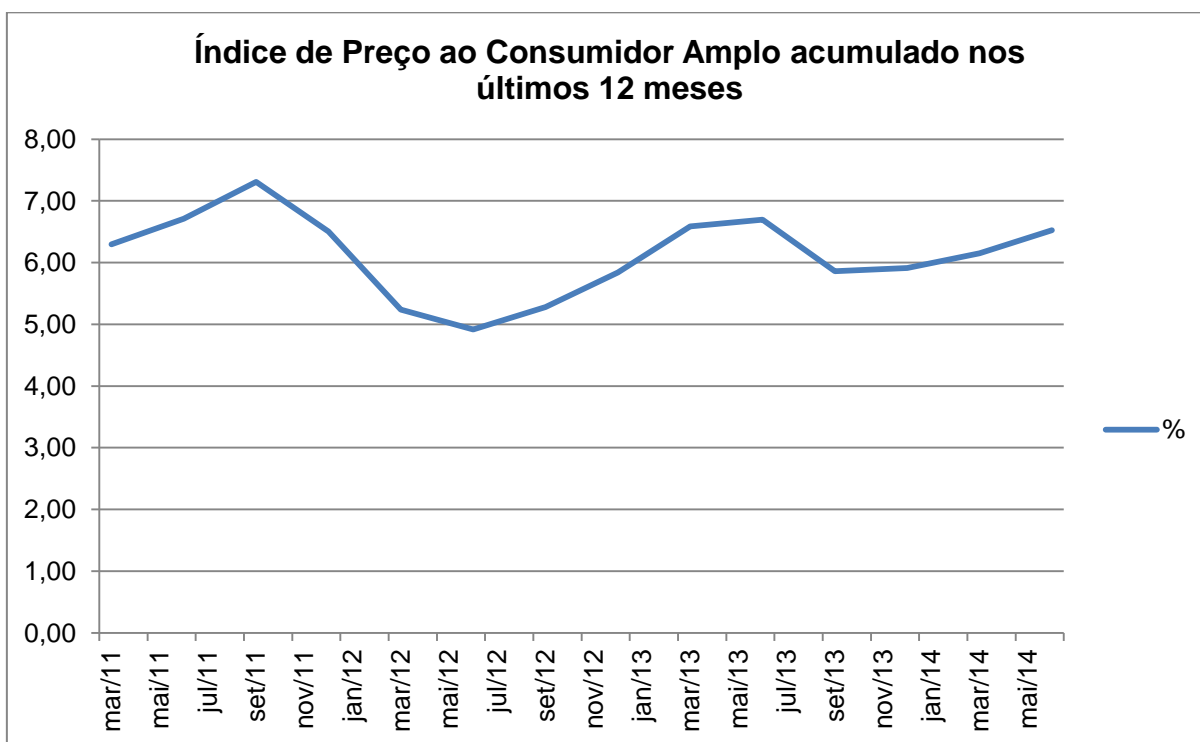


GRAFICO 2 – BRASIL – INDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA.

Analisando o gráfico 2, percebemos uma oscilação de valores dentro do período de análise, com registros de queda e ascensão ao longo dos meses.

No primeiro período, é registrado um aumento no IPCA entre os meses de março de 2011 e setembro do mesmo ano, chegando a 7,31%. Posteriormente há uma expressiva queda dos valores entre os meses de setembro de 2011 e março de 2012, registrando-se 5,4%. É registrada uma desaceleração na queda e posterior ascensão no mesmo ritmo entre junho de 2012 4,92% a setembro de 2012 5,28%, e ascensão do IPCA até março de 2013, alcançando 6,9%.

Após este período, novamente encontramos desaceleração do crescimento e posterior queda do IPCA, atingindo 5,86% em setembro de 2013.

Até o final do período, há um crescimento uniforme, mas com mínimas variações, sendo entre 5,86% em setembro de 2013 a 6,52% em junho de 2014, período final de análise.

3.3 PRAZOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Os prazos de concessão de crédito são o período de tempo que os bancos emprestam seus recursos no mercado. Este prazo pode variar de acordo com o volume de crédito, a linha de crédito, a qualificação do cliente e a situação conjuntural da economia, como taxa básica de juros, inflação e emprego.

O gráfico 3 mostra o comportamento do prazo médio das concessões de crédito com recursos livres para o segmento pessoa física, no período de análise, março de 2011 até junho de 2014.

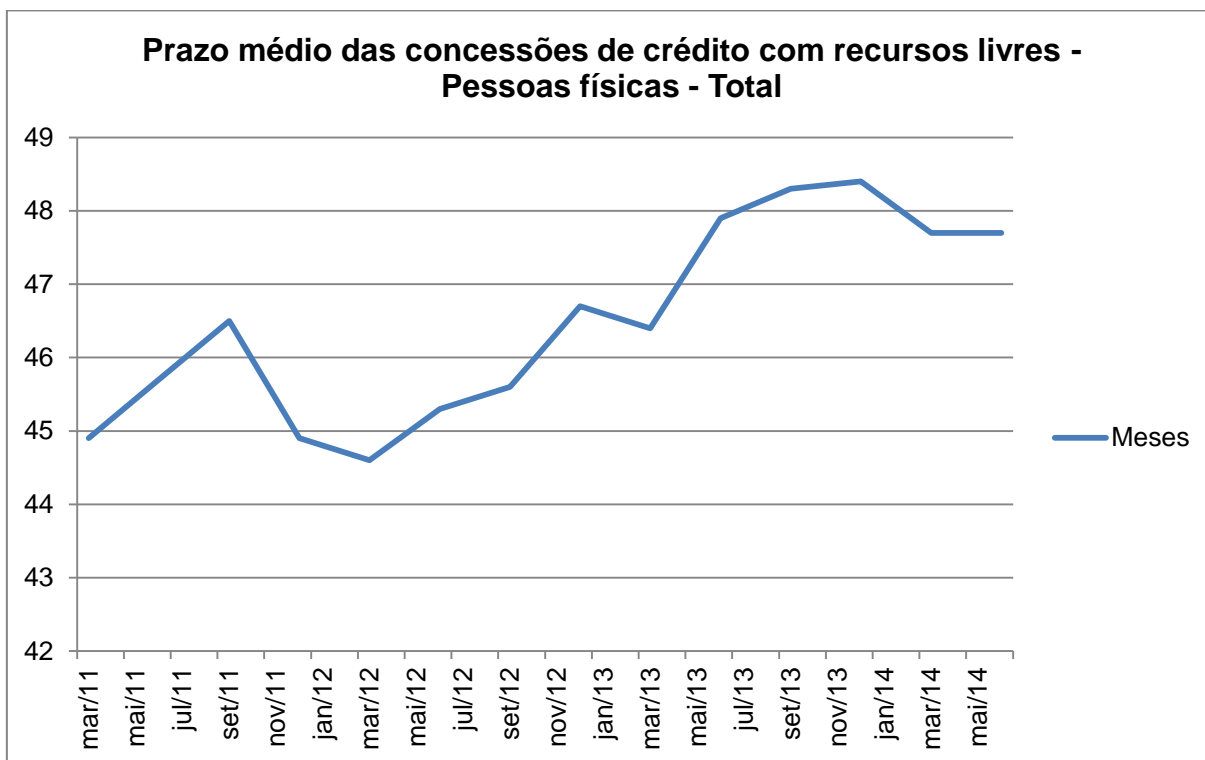


GRAFICO 3 – BRASIL – PRAZO MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, DESTINADOS A PESSOA FÍSICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

O gráfico 3 mostra no primeiro ano de análise, uma expansão dos prazos de concessão de crédito, passando de 44,9 meses de concessão no início de 2011, para 46,5 meses no início do ultimo trimestre do mesmo ano. Na seqüência, no início do ano de 2012, há uma redução dos prazos de concessão, levando o prazo médio das concessões de crédito a 44,6 meses em março de 2012.

A partir de então, os prazos médios iniciam um movimento de aumento, que só será interrompido depois de um ano, em março de 2013, e novamente em março de 2014, mantendo-se constante a partir de então, até o período final de análise.

Se considerarmos apenas o momento inicial e o final do período de análise, é possível observar um crescimento do prazo médio das concessões de crédito superior a 6%.

Segundo os dados que podemos observar no gráfico 3, há um aumento significativo dos prazos de concessão de crédito no período em que houve a intervenção direta do governo nos juros médios para pessoa física. Podemos

creditar esse aumento dos prazos a uma compensação da redução dos prazos que houve entre setembro de 2011 e março de 2012, uma vez que os prazos médios de concessão de créditos apresentam tendência de alta.

Porém, se para captar recursos está mais barato, uma vez que a Selic se encontra em patamares baixos se comparado com o seu histórico, e há maior disponibilidade de recursos para emprestar, por outro lado uma intervenção direta do governo poderia gerar incerteza no mercado de crédito e fazer com que os bancos busquem mais garantias para conceder crédito e manter os juros médios praticados diante de tal intervenção, o que não se confirmou.

Neste estudo conforme os dados observados e segundo CARVALHO (2007) os bancos assumem o risco de liquidez, pois optam por prazos de concessão de créditos maiores com maior rentabilidade.

Mas vamos nos ater a uma hipótese específica, para explicar esse risco de crédito assumido pelos bancos diante do exposto até aqui. Como estamos em uma situação com taxas de juros menores, pessoas que oferecem garantias maiores e que antes com taxas de juros muito elevadas não procuravam crédito, agora procuram e nesses casos oferecem maior rentabilidade e garantias para os bancos, amenizando o risco e explicando, em parte, o aumento dos prazos de concessão de crédito para pessoa física com recursos livres. (CALDAS, 2008)

Sendo assim, o restante do período de análise vai seguir uma lógica tradicional, com a subida da taxa Selic o custo de captação aumenta, reduzindo a disponibilidade de recursos para empréstimo dos bancos e estes para manter o equilíbrio não assumem o risco de liquidez, os prazos de concessão de crédito desaceleram e nos últimos períodos desta análise são reduzidos.

3.4 INADIMPLÊNCIA

A inadimplência é a falta ou descumprimento de pagamento ou compromisso em prazo determinado. Para as operações de crédito a inadimplência é um fator de risco que contribui para o aumento do custo do crédito.

O gráfico 4 mostra, o comportamento da inadimplência da carteira de crédito com recursos livres para o segmento pessoa física, no período de análise, março de 2011 até junho de 2014.

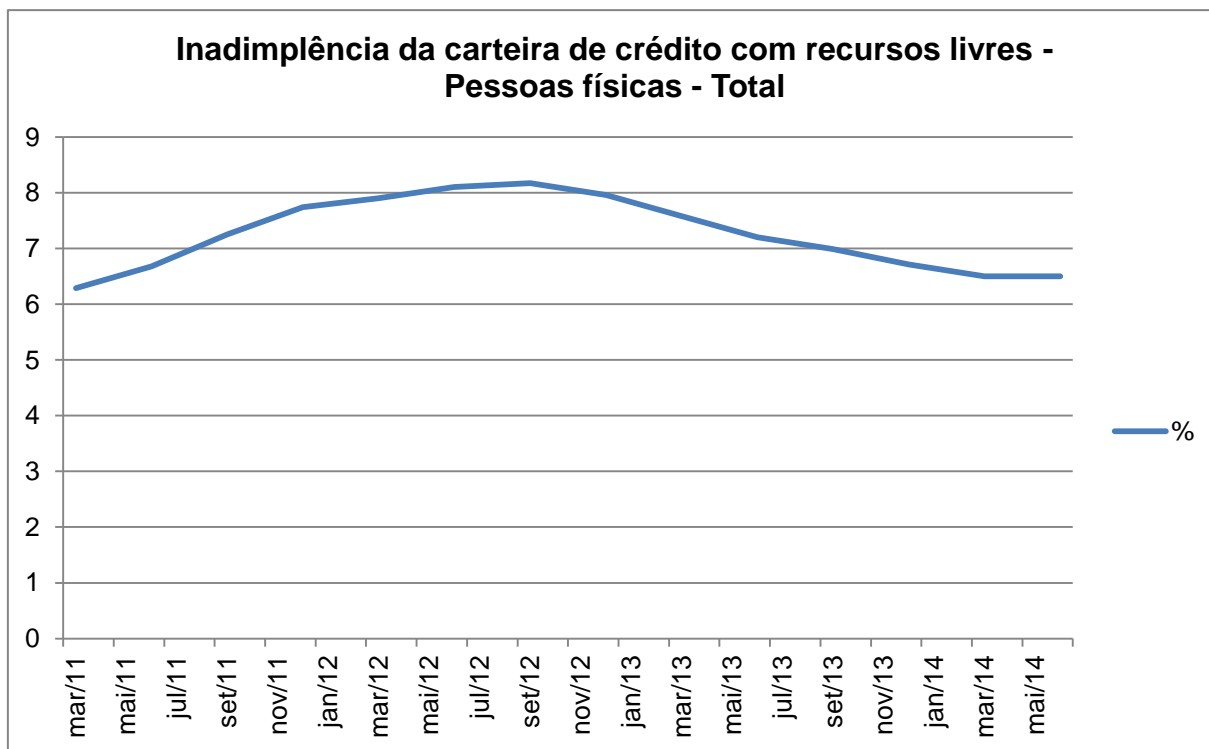


GRAFICO 4 – BRASIL – INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, DESTINADOS A PESSOA FÍSICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

O gráfico 4 mostra variações constantes da inadimplência em todo o período de análise, sendo que no início em março de 2011, apresenta a menor taxa de inadimplência 6,29%. A partir daí, inicia um período de aumento uniforme até setembro de 2012, quando a mesma apresenta o maior valor no período de análise, sendo este 8,17%.

No final de 2012, observa-se uma redução da taxa de inadimplência, chegando a 6,5% no final do período de análise, similar ao início do período analisado, e com tendência de estabilização em torno dessa taxa conforme mostra os dois últimos dados do período de análise.

A inadimplência é um custo para os bancos e um dos componentes do Spread Bancário, nos últimos anos sua taxa esteve em torno de 25% do Spread. Neste estudo a inadimplência da carteira de crédito com recursos livres para pessoa

física em todo o período de análise apresenta alta na primeira metade do período e declínio na segunda metade, ficando no final do período, junho de 2014, praticamente no mesmo patamar do início, março de 2011.

Para Carvalho (2007), a inadimplência está relacionado com o risco do crédito, ou seja, o grau de capacidade do tomador de recursos em pagar suas dívidas. Para minimizá-lo, os bancos analisam seus clientes e definem conjuntos de regras e volume de crédito para cada perfil.

Com base nos gráficos 1 e 4, a Selic e inadimplência respectivamente, podemos observar uma relação oposta entre essas duas variáveis durante todo o período de análise.

3.5 TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres total para pessoa física, é a taxa média de um conjunto de 14 linhas de crédito, entre elas estão inclusos crédito consignado, cheque especial, crédito para aquisição de bens, arrendamento mercantil e outros.

O gráfico 5 mostra o comportamento da taxa média de juros ao ano com recursos livres para o segmento pessoa física, no período de análise, março de 2011 até junho de 2014.

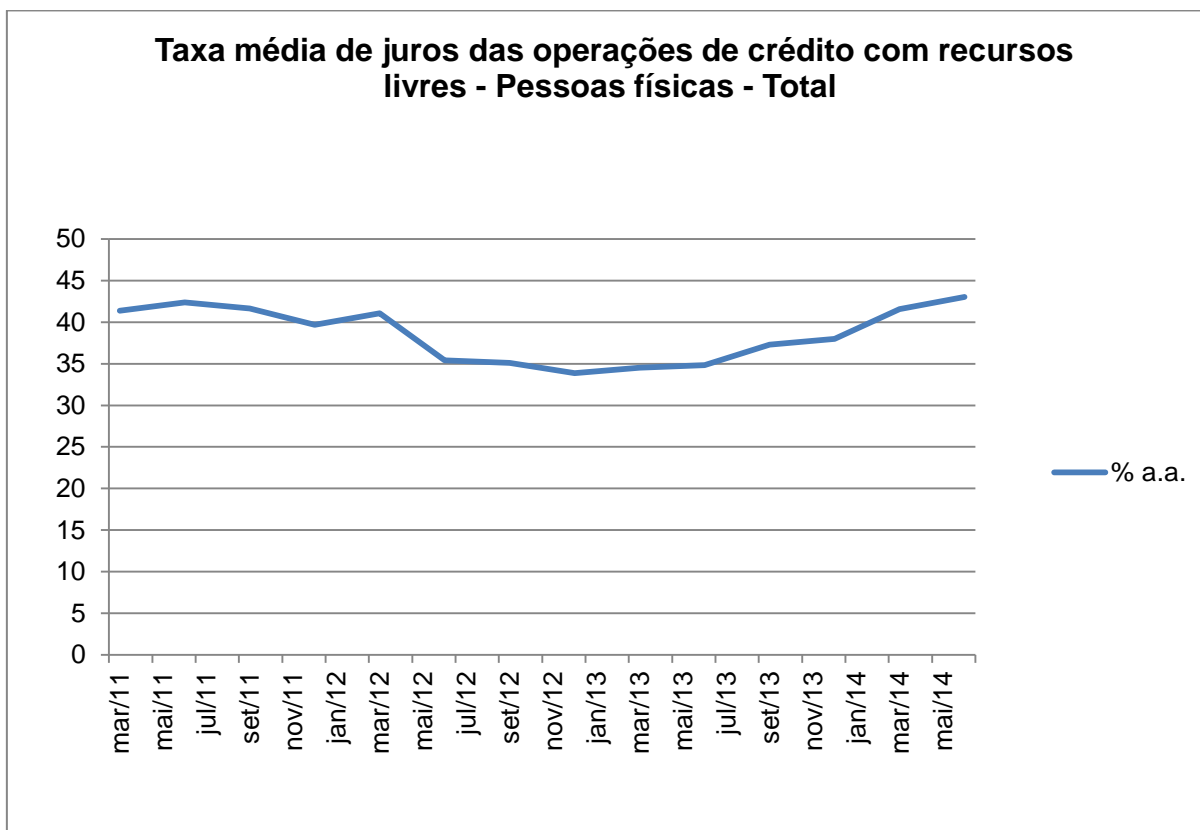


GRAFICO 5-BRASIL – TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, DESTINADOS A PESSOA FÍSICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Conforme se pode analisar, o gráfico 5 demonstra uma taxa de juros constante no primeiro ano de análise, que se segue até o início de 2012.

Por volta do final do primeiro semestre de 2012, é possível verificar uma queda acentuada na média dos juros, caindo de 41,06 % ao ano em março de 2012, para 35,4 % ao ano em junho do mesmo ano, o que seguiu, em ritmo mais lento nos dois períodos subsequentes, chegando ao menor nível do período de análise, 33,85% ao ano, em dezembro de 2012. Entre os meses de março de 2013 a setembro de 2013, a média dos juros apresenta ligeira alta, em torno de 34,5%. Entretanto, posteriormente ao período citado, pode-se observar um início de alta dos juros de forma expressiva, praticamente realizando um movimento inverso ao movimento de queda dado no início do período de análise, atingindo em março de 2014, a taxa média de juros similar ao patamar do início do período, e desta forma, confirmando a tendência de alta, que chega a 43,03% ao ano em junho de 2014, final do período de análise.

3.6 SPREAD BANCÁRIO MÉDIO

Spread bancário é a diferença entre a remuneração que o banco paga para captar recurso e a remuneração que recebe ao emprestar o mesmo recurso no mercado. O Spread bancário médio para os recursos livres total, destinados a pessoa física, é a média do spread de 14 linhas de crédito.

Segundo o Bacen o Spread bancário total no ano de 2012 foi decomposto da seguinte maneira: Inadimplência 33,6%; Compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito 9,3%; Impostos Diretos 22,9%; e Margem Líquida, Erros e Omissões 34,3%.

O gráfico 6 mostra o comportamento do spread média ao ano com recursos livres para o segmento pessoa física, no período de análise de março de 2011 até junho de 2014.

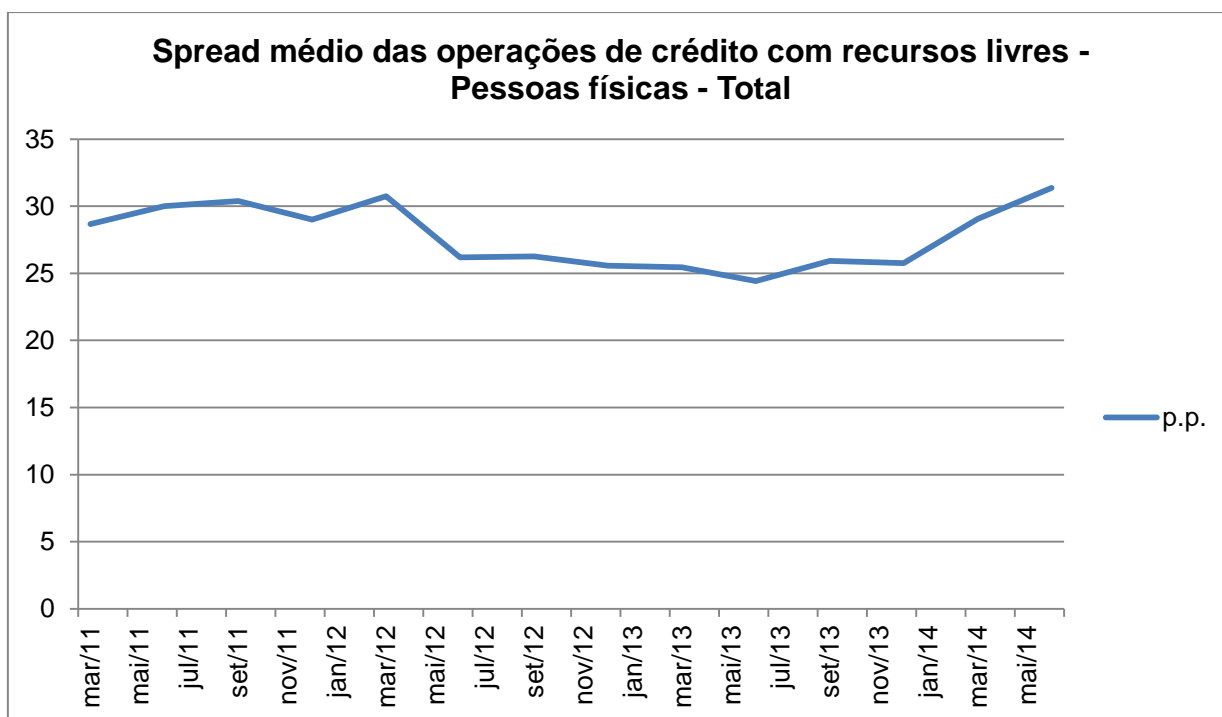


GRAFICO 6 – BRASIL – TAXA DE SPREAD BANCÁRIO MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, DESTINADOS A PESSOA FÍSICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

De acordo com a análise do gráfico, percebe-se um movimento constante nos meses de março a setembro de 2011, com ligeira queda e recuperação posterior entre dezembro de 2011 a março de 2012.

A partir de março de 2012 até junho do mesmo ano, houve uma expressiva queda no spread bancário médio, variando de 30,75% para 26,2%, porém com poucas variações até dezembro de 2013.

Já em dezembro de 2013, podemos observar um aumento nos valores, sendo 25,77% no ultimo trimestre de 2013 e permanecendo em crescimento constante até o fim do período, que compreende o segundo trimestre de 2014, com spread bancário médio de 31,36%, demonstrando recuperação na queda registrada no período anterior.

Segundo dados do Bacen, entre 2007 e 2012 a margem liquida mais erros e omissões dos bancos comerciais representou uma média de 37,35% do spread bancário total para pessoa física.

3.7 JUROS, SPREAD E SELIC

No gráfico 7 é possível observar a taxa média de juros anual com recursos livres para o seguimento pessoa física, a taxa básica de juros Selic e o Spread bancário médio.

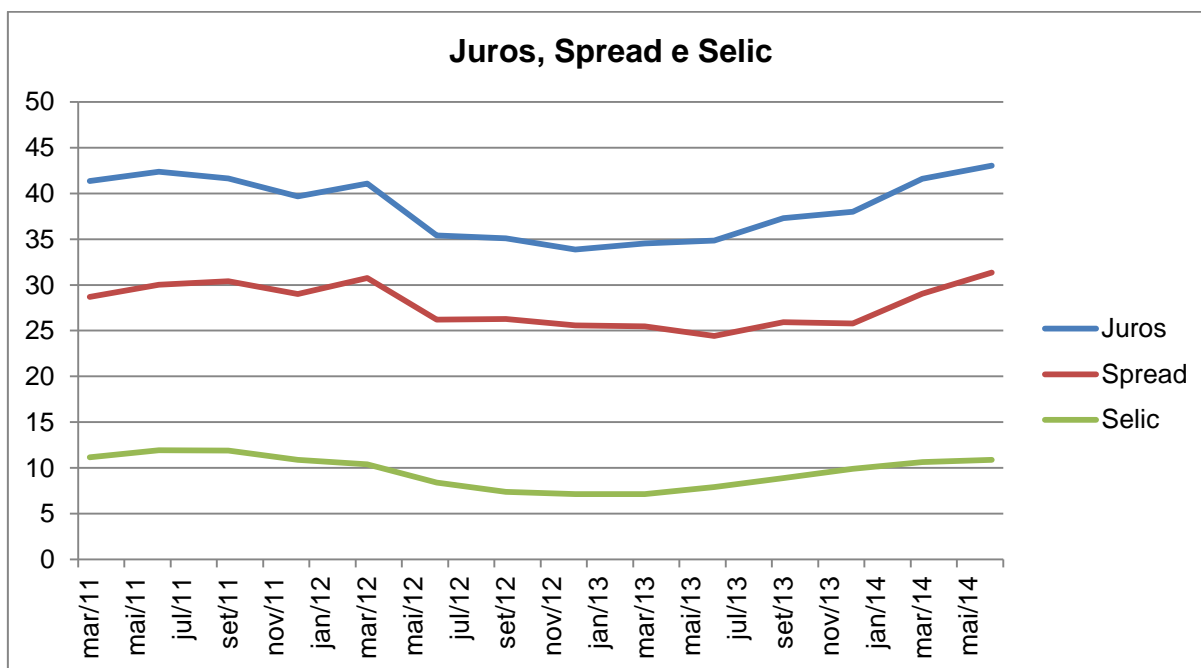


GRAFICO 7 – BRASIL – TAXA MÉDIA DE JUROS E SPREAD BANCÁRIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, DESTINADOS A PESSOA FÍSICA. TAXA SELIC ANUALIZADA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E ADVANCED FINANCIAL NETWORK BRASIL.

A taxa Selic impacta nas taxas de juros cobradas pelos bancos dos seus clientes. Os bancos adquirem recursos e pagam juros baseados na taxa Selic, e colocam esses recursos no mercado através de empréstimos e financiamentos. Além da taxa Selic, os bancos incluem na taxa de juros cobrada para empréstimos e financiamentos os custos operacionais das transações, o risco de não obter o valor emprestado e o lucro.

No gráfico 7 podemos observar que houve dois momentos importantes. Na primeira metade do período de análise, uma redução significativa da taxa básica de juros feita pelo governo trouxe a taxa de juros média para baixo, e na segunda metade do período de análise esse movimento se inverteu com o governo elevando a taxa básica de juros e com isso a elevação das taxas médias de juros.

Esse movimento na taxa básica de juros pode ser explicado pelo método mais utilizado pelo Banco Central para combater a inflação. No primeiro momento o governo baixou os juros e estimulou o crédito, o aumento do crédito, entre outros fatores, aumentou a inflação e fez com que o governo, no segundo momento, inicie uma elevação dos juros para controlar o indicador e manter a inflação próxima do centro da meta.

O segundo acontecimento importante foi a decisão dos bancos públicos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, de reduzir as taxas de juros de uma série de linha de créditos com recursos livres para pessoa física. Isso se deu em abril de 2012 e no gráfico é possível observar uma forte redução entre os meses de março e junho de 2012, e continuaram a cair, mas de forma desacelerada nos dois períodos subsequentes setembro e dezembro de 2012.

Em março de 2013 inicia o aumento da taxa média de juros, esse aumento tem duas justificativas. A primeira e de fácil compreensão é o aumento da taxa básica de juros da economia, taxa selic, uma vez que esta taxa é um dos componentes da remuneração que as instituições financeiras fazem quando captam recursos no mercado.

A segunda justificativa pode ser uma anomalia no mercado de crédito, segundo Carvalho (2007), o uso de instrumentos que possam exercer controle direto

sobre o crédito, como controle sobre o volume de crédito, dos prazos e da destinação dos recursos, ou sobre os juros, pode não gerar o efeito esperado.

A crítica a esses instrumentos não convencionais é que o seu uso tenta controlar diretamente o que o Banco Central deveria influenciar indiretamente através da manipulação dos instrumentos convencionais como o recolhimento compulsório e as operações de redesconto e mercado aberto. Essas práticas não convencionais podem gerar efeitos inesperados, desestimulando a intermediação financeira e restringir o crédito.

No entanto como podemos observar no gráfico 7, num primeiro momento a intervenção direta do governo provocou efeitos positivos no curto prazo pois houve redução significativa dos juros médios com recursos livres para pessoa física por mais de 12 meses, e se mantiveram abaixo do nível do período de intervenção por quase 24 meses. Porém, tão logo a taxa básica de juros começou a subir em junho de 2013, e considerando que a taxa básica da economia é um dos fatores de composição do custo para os bancos, inicia-se então o aumento do spread bancário e da taxa média de juros para crédito com recursos livre para pessoa física.

Portanto podemos entender, baseado nas informações no gráfico 7, que a intervenção indireta atingiu seu objetivo, porém somente no curto prazo, e com a taxa básica de juros em níveis bastante reduzidos, considerando o histórico da taxa Selic. Mas no fim no período observamos taxas de spread e juros acima dos níveis inicialmente encontrados.

3.8 VOLUME DE CRÉDITO

O gráfico 8 mostra a evolução do volume de crédito com recursos livre total para pessoa física durante todo o período de análise, os valores foram deflacionados com base no IPCA.

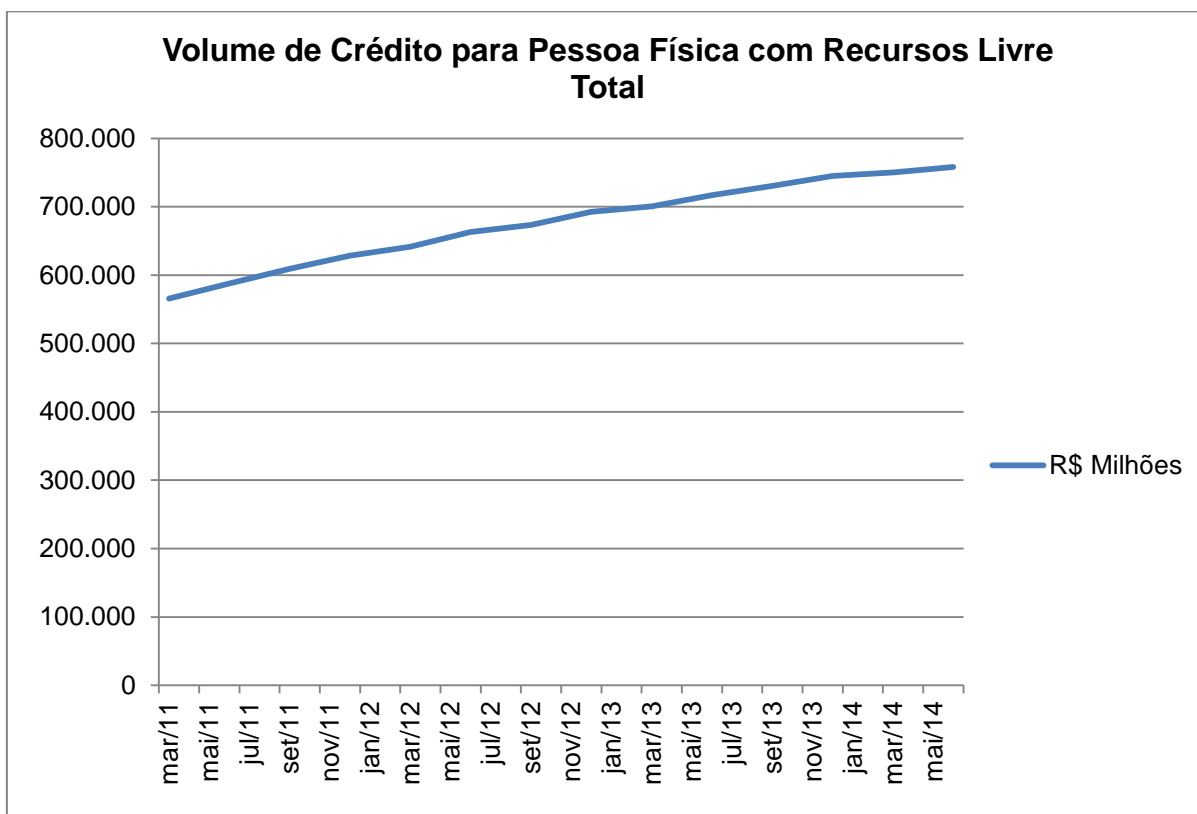


GRAFICO 8 – BRASIL – VOLUME DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA COM RECURSOS LIVRE TOTAL.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

O volume de crédito não sugere nenhuma alteração em sua tendência de alta durante o período de análise. Isso se deve ao ambiente institucional e econômico estável, portanto nesta análise não encontramos nenhuma alteração causada pela intervenção direta do governo.

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar o comportamento de alguns indicadores de crédito diante de uma intervenção direta por parte do governo federal no mercado de crédito brasileiro em abril de 2014. O período de análise utilizado é de março de 2011 até junho de 2014. Para isso foram analisados dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Advanced Financial Network Brasil em séries trimestrais.

Inicialmente foram apresentadas as taxas básicas de juros da economia, Selic, e o um indicador de inflação através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA. Tanto a Selic como o IPCA serviram como indicadores da conjuntura econômica brasileira em cada período e também como variável explicativa para alguns dos indicadores de crédito analisados por este trabalho.

Posteriormente foram analisados cada um dos indicadores de crédito buscando suas correlações com a conjuntura econômica em cada período e os efeitos causados nesses indicadores nos períodos que sucederam a intervenção do governo.

A inflação apresentou variação em todo o período de análise com ciclos de baixa e alta. No momento da intervenção direta do governo, abril de 2012, a inflação apresentou a menor taxa, 4,92%, no entanto a queda já vinha acontecendo desde setembro de 2011 quanto atingira a maior alta do período de análise, 7,31%.

A taxa Selic teve números excepcionais neste período, nunca a taxa básica da economia brasileira chegou a números tão baixos, a ponto de o governo ter de mudar as regras da remuneração da caderneta de poupança para não reduzir a atratividade por parte do mercado de outras aplicações. Talvez esteja aqui um dos motivos pelos quais o governo encontre argumentos para justificar uma intervenção direta nos juros praticados pelo mercado ao consumidor de crédito.

Contudo, se a taxa Selic, que é a variável de remuneração dos bancos para a captação de recursos no mercado, esta caindo, como pudemos observar nos meses que antecederam a intervenção, seria natural que os juros para o consumidor e o

spread bancário também baixassem, o que não ocorreu como podemos observar nos gráficos, pelo contrário subiram.

Os prazos de concessão de crédito apresentaram números positivos se considerarmos todo o período de análise, aproximadamente 45 meses no início e 48 meses no fim do período, aumento aproximado de 6%. Num ambiente econômico estável os bancos estão mais propícios a assumir os riscos de liquidez, como afirma (CARVALHO, 2007), e buscam maior rentabilidade nos seus empréstimos com prazos maiores, há anos o Brasil vem apresentando estabilidade razoável e ambiente propício, por isso não é possível afirmar que a tendência de alta dos prazos de concessão de crédito que observamos nos últimos anos, possam ser alterados de forma significativa por situações pontuais, como uma intervenção direta no mercado de crédito.

A inadimplência da carteira de crédito, neste estudo, não se mostrou com um indicador que tenha sofrido grande impacto pelas decisões governamentais. De modo geral a inadimplência não fugiu a regra. Pudemos observar que essa taxa já apresentava crescimento anterior a decisão do governo de forçar a baixa dos juros para o consumo, também podemos entender que os bancos tomam suas decisões quanto ao conjunto de regras para conceder empréstimos com base em períodos anteriores. Portanto não podemos observar nenhuma influência na inadimplência da carteira de crédito diante da intervenção direta do governo. O que podemos supor é que com a inadimplência aumentando os bancos criaram regras mais rígidas para conceder empréstimos e com isso no final do período de análise a inadimplência diminuiu.

Aqui chegamos aos indicadores mais importantes, o spread bancário médio e a taxa média de juros, como sabemos ambos são influenciados pelos juros básicos da economia uma vez que o spread bancário é representado pela taxa de aplicação subtraída a taxa de captação, logo se todos os outros custos e ganhos que o banco tem forem constantes ambas as taxas devem ser influenciadas pela taxa Selic.

Nestes dois indicadores possivelmente estiveram às razões pelas quais o governo interveio no mercado de crédito, pois a taxa Selic baixava e os juros médios e o spread bancários continuavam elevados como podemos observar.

Avaliando o que podemos observar nos dados e o que nos diz a teoria, se por um lado, no longo prazo, tivemos anomalias no mercado de crédito teoricamente causadas por uma intervenção direta, de outro lado, no curto prazo, podemos verificar taxas de juros médias ao consumidor significativamente menores.

TABELAS

TABELA 1. TAXA MÉDIA DE JUROS, SPREAD MÉDIO, PRAZO MÉDIO DE CONCESSÃO E INADIMPLÊNCIA COM RECURSOS LIVRES TOTAL PARA PESSOA FÍSICA. ÍDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO, SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA E VOLUME DE CRÉDITO.

Mês/Ano	Taxa de Juros %	Spread %	Prazo de concessão meses	Inadimplência %	IPCA %	Selic %	Volume Crédito R\$ Milhões
mar/11	41,36	28,68	44,9	6,29	6,30	11,17	565.700
jun/11	42,36	30,01	45,7	6,68	6,71	11,92	587.577
set/11	41,64	30,4	46,5	7,25	7,31	11,91	609.124
dez/11	39,68	29,01	44,9	7,74	6,50	10,9	628.373
mar/12	41,06	30,75	44,6	7,9	5,24	10,4	641.648
jun/12	35,4	26,2	45,3	8,1	4,92	8,39	663.007
set/12	35,08	26,26	45,6	8,17	5,28	7,39	673.433
dez/12	33,85	25,58	46,7	7,96	5,84	7,14	692.605
mar/13	34,52	25,46	46,4	7,58	6,59	7,14	700.574
jun/13	34,84	24,42	47,9	7,2	6,70	7,9	716.858
set/13	37,3	25,92	48,3	6,99	5,86	8,9	730.425
dez/13	38	25,77	48,4	6,71	5,91	9,9	745.217
mar/14	41,58	29,05	47,7	6,5	6,15	10,65	750.032
jun/14	43,03	31,36	47,7	6,5	6,52	10,9	758.274

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E ADVANCED FINANCIAL NETWORK BRASIL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVFN BRASIL - Advanced Financial Network. Taxa Selic Anualizada. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic>. Acesso em 13/09/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema gerenciador de séries temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 30/09/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da economia bancária. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=SPREAD&ano=2009>. Acesso em 25/09/2014.

<http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>. Acesso em 25/09/2014.

http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf. Acesso em 25/09/2014.

http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf. Acesso em 25/09/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Maiores Bancos. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>. Acesso em 20/11/2014.

IBGE. Índice de preços ao consumidor amplo. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201410_1.shtm. Acesso em 09/10/2014.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lei 10.820/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em 29/09/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Relatório de operações de crédito. Disponível em: http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/juros_credito/2013/2013_01/IE%202013%2001%2025%20Mapa%20do%20Cr%C3%A9dito.pdf. Acesso em 22/10/2014.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Pesquisa de Juros. Disponível em <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/pesquisa/2013/janeiro.pdf>. Acesso em: 03/02/2014.

CARVALHO, F. J. C. ET al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: 2ª Edição, Campus, 2007.

DE PAULA, F. L. **Teoria da Firma Bancária**. In DE PAULA, L. F.; LIMA, J. T; SICSU, J; (orgs). **Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NAKAME, M. I. **Concorrência e Spread Bancário: Uma Revisão de Evidências para o Brasil**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/seminarioecobancare/port/vi%20-%20concorr%C3%Aancia%20-%204jsb.pdf>. Acesso em 15/09/2014.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: 5ª Edição, Nova Cultura, 1996.

CALDAS, M. O. **Basiléia II: Abordagem prática para acompanhamento de risco operacional em instituições financeiras**. Disponível em: https://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_BasileiaII.pdf. Acesso em 30/10/2014.